EXPERIÊNCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE PLANEJAMENTO DO TURISMO NO PONTAL PAULISTA[1]

Alisson Perantoni Guigen[2]

Letícia Aparecida Viterbo Silva[3]

Fabiane Nagabe[4]

RESUMO

O objetivo deste trabalho é expor a experiência do projeto: Laboratório de Estudos e Planejamento para Consolidação da Oferta Turística (LEPCOT), no manuseio de ferramentas utilizadas como parte do diagnóstico turístico. Foi priorizado o uso de técnicas de inventariação turística já existente, proposto pelo Ministério do Turismo em 2006. Sua utilização estimulou o interesse dos acadêmicos de turismo pelo campo do planejamento, bem como facilitou a compreensão dos mesmos quanto à importância do uso desta ferramenta e de sua complexidade de aplicação, desmistificando a ideia de simples coleta de dados. O trabalho com os discentes foi 20% teórico-prático e 80% prático, colocando-os diante das decisões, organização e gestão do processo de inventariação. Durante o período de uso das ferramentas selecionadas, os alunos foram monitorados quanto às dúvidas e dificuldades da metodologia empregada. Estes resultados foram reveladores de dificuldades já conhecidas e outras novas das quais o trabalho tratará.

Palavras-chave: Planejamento. Inventariação Turística. Pontal Paulista.

Introdução

O Estado de São Paulo atualmente detém parte dos principais núcleos emissores de turistas do país, e incentivar a viagem dentro de seu próprio território exige uma organização da oferta turística, a fim de motivar essa demanda a conhecer suas potencialidades. Contraditoriamente, ainda, há muitos municípios

[1] Esta pesquisa conta com o apoio e financiamento da PROEX – Pró-Reitoria de Extensão da UNESP.

[2] Graduando do curso de Turismo (4º ano), UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: aliperantoni@gmail.com

[3] Graduanda do curso de Turismo (4º ano), UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: leticiapviterbo@gmail.com

[4] Bacharel em Turismo, mestre em História, professora da UNESP – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", curso de turismo, coordenadora do projeto PROEX ID13780/2012 intitulado: "Laboratório de Estudos e Planejamento para Consolidação da Oferta Turística (LEPCOT)".

paulistas interioranos que não conseguiram planejar o uso adequado de suas potencialidades. Por vezes, faltam informações adequadas para aqueles que querem planejar, organizar, investir no turismo ou somente visitar extremidades do Estado.

O turista necessita se sentir bem no local visitado, sem que passe pela sua cabeça os demais locais que este poderia estar caso não estivesse ali. Para que isso aconteça, é necessário que o turista se sinta seguro e confortável em meio às pessoas que habitam a região, sem que essa relação seja possível apenas com a retribuição financeira, como um produto. Mas sim, que aconteça de modo espontâneo e recíproco.

O município de Rosana, localizado no Pontal Paulista, região de fronteira com o Paraná e Mato Grosso do Sul é um exemplo de localidade cujo expressivo potencial turístico precisa ser identificado, sistematizado e adequado aos princípios que regem a hospitalidade.

Diante desta realidade e da necessidade didática de formar bacharéis em turismo preparados para utilizar as ferramentas diagnósticas da realidade turística, foi montado o Laboratório de Estudos e Planejamento para Consolidação da Oferta Turística (LEPCOT), cujo objetivo é de coletar, armazenar e disponibilizar dados a respeito do turismo nesta região. Este laboratório também atende os parâmetros estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Bacharelado em Turismo, no que tange aos Conteúdos Teóricos Práticos fortalecendo o curso de Turismo da UNESP.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo geral narrar à experiência do projeto LEPCOT, no manuseio de ferramentas utilizadas como parte do diagnóstico turístico. Este projeto teve início em março de 2012, e priorizou o uso de técnicas de inventariação turística já existente, proposto pelo Ministério do Turismo em 2006. A escolha desta metodologia se deu, pois, durante a formatação do projeto em 2011, ainda vigorava a mesma. Sabemos que atualmente já há disponível novas ferramentas de inventariação turística produzida pela Universidade Estadual de Santa Cruz, e divulgada em julho de 2011.

Dentre as práticas discentes realizadas desde o início do projeto estão: capacitação dos estudantes envolvidos, passando por leituras teóricas, exposição do

método, aplicação de fichas teste e procedimento de sensibilização dos moradores locais. É um total de 28 alunos envolvidos, sendo três deles bolsistas do projeto.

O levantamento das dificuldades encontradas foram coletadas pelos alunos bolsistas durante o desenvolvimento da atividade. Tais dificuldades foram elencadas e posteriormente destacadas as mais expressivas, a fim de produzir sugestões de mudanças que melhor se aplicassem as demandas de municípios de mesmo porte ao estudado.

1. Planejamento do turismo e hospitalidade

O turismo é uma atividade considerada complexa que sobrepõe vários setores da sociedade e da economia, dessa forma, sua expansão desordenada pode provocar efeitos inesperados e indesejados como salientam inúmeros estudos. A necessidade do entendimento do turismo enquanto aporte para o desenvolvimento social sustentável, valorização das memórias e das identidades locais, nos leva ao indicativo da importância do planejamento realizado a partir de diagnósticos consistentes.

A atividade turística lida com expectativas, e são essas que vão definir o grau de satisfação do turista para com o local visitado, gerando assim a relação de dependência existente entre turista, a economia e a cultura do local visitado. Para se atingir esse grau de satisfação, é necessário o turista se sentir seguro e bem recebido pelo morador local, numa relação recíproca de respeito. Essa relação é o que chamamos de hospitalidade, e seus valores devem ser propostos e debatidos entre todos, para que a conduta ocorra espontaneamente, não obrigatoriamente. Essa relação depende também da qualidade de vida do morador local (PRAXEDES, 2004).

Jamais pode se esperar a hospitalidade de uma comunidade onde o turista possa usufruir de toda a infraestrutura necessária para sua estadia, sem transtornos, se a própria população local não pode ter a mesma oportunidade. O ato de ser hospitaleiro deve “[...] disponibilizar prazer, bem estar e segurança para o turista sem gerar sofrimento para os anfitriões e moradores locais” (PRAXEDES, 2004). O mesmo autor lamenta o fato da exclusão dos mais pobres dos centros públicos

visitados aos visitantes, “da cidade formada por ruas, praças, monumentos e edificações erguidas pelas suas mãos, enquanto eles próprios estão confinados nos bairros sem infra-estrutura e sem lazer” (PRAXEDES, 2004). Essa exclusão pode ser evitada por meio do planejamento turístico.

Para planejar o turismo é necessário pensar no que se quer atingir no futuro, cuidar para que as tarefas propostas sejam efetivas, bem realizadas e os objetivos atingidos. Assim, planejar o turismo “[...] é ordenar as ações e dar prioridades a elas, é permitir mapear dificuldades e escolher caminhos alternativos” (PETROCHI, 1998, p.18). Tais ações podem variar de país para país e de região para região, de acordo com os níveis de complexidade dessas áreas e da vontade do poder público e dos moradores locais.

Bissoli (1999, p. 34) afirma que planejamento turístico:

> [...] é um processo que analisa a atividade turística de um determinado espaço geográfico, diagnosticando seu desenvolvimento e fixando um modelo de atuação mediante o estabelecimento de metas, objetivos, estratégias e diretrizes com os quais se pretende impulsionar, coordenar e integrar o turismo ao conjunto macroeconômico em que está inserido.

Para isso, a proposta do planejamento é melhorar os núcleos turísticos, com espaços urbanos bem cuidados, pessoas hospitaleiras, capacitadas a prestar serviços de qualidade e com eficiente estrutura de comercialização de seus produtos turísticos. Para organização de núcleos desta natureza, propostas de planejamento são elaboradas por diferentes autores. Neles comumente constam as etapas de: inventariação turística (coleta de dados), diagnóstico turístico (análise de dados), plano de ação (objetivos, metas, estratégias e diretrizes) e o controle e gerenciamento (avaliação).

Cada uma das etapas elencadas pode ser desenvolvida a partir de variadas ferramentas. Torna-se importante a escolha correta de instrumentos que facilitem e ajudem o processo, garantindo racionalidade, confiabilidade e velocidade nas implementações e decisões que o mesmo tomará.

2. Um pouco do objeto de estudo

No caso do município de Rosana o turismo mesmo afetado pelas saúdes do lugar (TRIGO, 1993) tem atingido posição de destaque diante do incessante fluxo de visitantes que chegam à localidade. Mesmo com a constante demanda nos períodos de verão e de pesca, esses números nunca foram quantificados, assim como não se tem também nenhum registro de inventário turístico do município. Diante da necessidade de gerir e ordenar o turismo de Rosana, o escolhemos para iniciar as atividades do LEPCOT.

Considerando que o planejamento é uma estratégia e um instrumento valioso para orientar o sistema de turismo e que para iniciá-lo é imprescindível a realização de um bom diagnostico da realidade envolvida, optou-se por primeiramente realizar-se a inventariação turística do lugar. A organização de um inventário turístico pressupõe o levantamento, sistematização e análise de dados relativos aos atrativos turísticos, serviços e equipamentos turísticos, infra-estrutura de apoio e base de informações.

Para o Ministério do Turismo, a Inventariação Turística compreende somente o levantamento dos dados para servir como base para se estabelecer um planejamento e a realização da atividade turística, método este pouco embasado para que se estabeleça um planejamento completo e responsável. Segundo o Ministério do Turismo (2006, p. 8):

> A inventariação da Oferta Turistica compreende levantamento, identificação e registro dos atrativos turísticos, serviços e equipamentos turísticos e da infra-estrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística.

Entendemos que o ato de inventariação compete não somente ao levantamento dos dados, mas também ao registro e conhecimento daquilo que se foi levantado, quantificando-os, para assim poder atingir metas previamente estabelecidas, definindo as prioridades e as ações que deverão ser tomadas inicialmente.

3. A inventariação turística no Brasil

O século XX é o marco do o processo de inventariação turística no Brasil, segundo o Ministério do Turismo (2005, p.19), pois é neste período que o país recebe seu primeiro mapeamento turístico. Baseado em experiências internacionais, esta primeira experiência é resultante de um acordo entre cooperativas do governo brasileiro com o governo norte americano.

Já em meados dos anos 1980, a EMBRATUR foca seus olhares no espaço turístico nacional a fim de identifica-los, o que o leva a estudar metodologias para elaborar ferramentas a fim de produzir um inventário turístico do país. No decorrer dos anos de 1980, 1984 e 1992, esta metodologia é utilizada, frutificando em documentos nominados: “Inventário da Oferta Turística”.

Com a implantação do Programa Nacional da Municipalização do Turismo – PNMT[5], na década de 1990, há a inserção de novas propostas para a inventariação no cenário do planejamento do turismo brasileiro, sob a perspectiva de que o turismo é “movimento da economia” (EMBRATUR, 2001, p. 26). Mais de dez anos depois, em 2001, a EMBRATUR, continua a estimular os municípios brasileiros a realizarem a inventariação, com vistas à descoberta de suas potencialidades turísticas, como parte do processo de desenvolvimento municipal do turismo. Contudo, documentos das oficinas do PMNT, indicam em seu “Módulo B: diagnóstico do município” a necessidade de realização de pesquisa e a análise da situação do município, sem citar o termo inventário turístico.

Para a pesquisa e coleta de informações da situação do município, o material do PNMT indica o uso de diferentes técnicas de coletas de dados, como, por exemplo, o estudo por meio de entrevistas pessoais, questionários, jornais, anuários estatísticos, revistas, vídeos, filmes, observação direta, amostragem,

[5] No Brasil, um dos primeiros incentivos federais, ao desenvolvimento turístico regional, veio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), criado em março de 1994, pela então Secretaria Nacional de Serviços, mediante a Portaria n° 130, de 30 de dezembro de 1994, e coordenado pela Embratur durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Este Plano foi criado sob as instruções da Organização Mundial de Turismo, com auxílio do Centro Mundial de Pesquisa e Educação para o Turismo da Universidade de Calgary, do Canadá (EMBRATUR, 2001). Entre suas metas principais, estava a descentralização do poder decisório sobre a atividade turística, estabelecendo estratégias locais com a participação dos municípios no processo. Foi uma tentativa de desenvolver o turismo nos estados brasileiros por meio de sua municipalização, incentivando as ações na base municipal.

experiências, pesquisa em arquivos e em entidades ligadas diretamente ou indiretamente ao turismo. Ainda assim, sabe-se que o estímulo à realização da inventariação aconteceu, inclusive com ocorrência de oficinas para transferir conhecimentos das técnicas envolvidas a multiplicadores. Esses repasses metodológicos envolveram, gestores municipais, instituições de ensino superior, instituições representativas de classe e interessados em desenvolver o turismo e seus municípios.

Mais dois anos se passaram e em 2003, com a criação do Ministério do Turismo, pelo então presidente da república Luis Inácio Lula da Silva[6], opta-se pela revisão das estratégias de inventariação da oferta turística. Uma das fragilidades levantadas foi às ausências de padronização da forma de apresentação dos resultados e a forma de divulgá-los. Segundo o (Ministério do Turismo, 2004, p. 9) não existia "[...] nem mesmo um instrumento de pesquisa eficiente para a coleta de dados".

As lacunas observadas levou o então Ministério do Turismo, convidar um grupo de professores e pesquisadores de diferentes regiões do país a montar um modelo de inventariação que pudesse ser utilizado em todo território nacional. Os instrumentos de pesquisa e a conceituação das terminologias utilizadas foram alteradas, e sua nova versão testada no Rio Grande do Sul, por meio do Projeto-Piloto Inventário da Oferta Turística (Ministério do Turismo, 2004).

A ferramenta gestada no governo de Lula foi utilizada por muitos municípios brasileiros, que diante de suas peculiaridades, diferenças demográficas e espaciais, de recursos humanos e variedades de formas, reconheceram a validade da metodologia, mas também apresentaram inúmeras ocorrências de falhas.

Em julho de 2011 pelo Ministério do Turismo, o Ministério do Turismo e a Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) anunciam a criação e aplicação de uma nova metodologia de inventariação turística com indicadores de

[6] Até o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, que se iniciou no ano de 2003 e se estende por dois mandatos consecutivos, o turismo não possuía um ministério próprio nos planos de governo. As ações políticas para o desenvolvimento e organização do turismo no país se encontravam inseridas em pastas das mais diversas áreas, como o Ministério de Indústria, Comércio *e Turismo* e o Ministério do Esporte *e Turismo*, e era destes ministérios que saíam então as ações para o turismo, frisamos nunca de forma prioritária. Foi durante a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva que foi criado o Ministério do Turismo, desmembrando-o do Ministério do Esporte e Turismo, em 1º de janeiro de 2003.

sustentabilidade. O projeto coordenado por Marco Aurélio Ávila, coordenador do projeto e professor da UESC, inova incluindo no processo de coleta das informações a utilização de equipamentos eletrônicos e recursos tecnológicos, como forma de diminuir o tempo e aumentar a precisão da pesquisa. Para elaboração da nova metodologia, a universidade anunciou que houve contribuições de lideranças comunitárias por meio de workshops e reuniões. A nova metodologia promete ser mais democrática por meio da disponibilização mais rápida das informações coletadas, de modo que contribua para a comercialização de serviços e produtos turísticos.

4. Um pouco do Laboratório de Estudos e Planejamento para Consolidação da Oferta Turística

O projeto LEPCOT tem como principio contribuir para a formação acadêmica e profissional dos discentes vinculados ao projeto. Entre seus objetivos está: incitar o processo de planejamento nos discentes como forma de contribuir para sua formação acadêmica e profissional, por meio do envolvimento dos projetos de pesquisa e extensão relacionados ao planejamento turístico. A previsão é que o projeto beneficie diretamente 30 acadêmicos e indiretamente a longo prazo mais de 20.000 pessoas, entre pesquisadores que estudem a região e os moradores do município investigado.

O LEPCOT pretende ser um instrumento didático-pedagógico para inserção do aluno na realidade de seu campo de atuação, antecipando a realidade profissional, a fim de facilitar o futuro ingresso no mercado de trabalho, por meio do desenvolvimento de um espírito crítico-analítico. Além disso, proporciona aos discentes do curso de Turismo da UNESP o contato com a realidade local e regional dos municípios de Rosana e entorno. Possibilita, também, a oportunidade de diagnosticar e de propor ações frente a essa realidade, tendo a oportunidade, também de gerar um banco de dados e informações sobre ela, com possibilidade de sistematização e análise para publicação em meios acadêmicos.

5. Aplicação de Inventario Turístico no Município de Rosana-SP

O processo de inventariação no Município de Rosana se deu a partir do levantamento de sua área e subsequente a divisão da mesma em 5 partes, para facilitar atuação na área de abrangência e dinamizar o tempo de aplicação do método no local. Contudo, antes houve uma divisão dos envolvidos em grupos gerenciados pelos bolsitas do projeto, cujas atribuições eram: escolha das áreas pelos grupos, de acordo com o número de integrantes; levantamento dos locais a serem inventariados; descrição dos métodos de sensibilização que poderiam ser adotados. Todos os alunos participantes das atividades encontravam-se vinculados a disciplina de Planejamento e Organização do Turismo II.

A partir da divisão das áreas do município foi iniciado o processo de capacitação dos alunos, por meio da leitura e interpretação do material disponibilizado, bem como aulas expositivas dialogadas. Assim como as pesquisas de gabinete, os alunos realizaram o levantamento prévio de dados do município para facilitar a compreensão da área de pesquisa. Estes dados prévios, posteriormente foram utilizados para o preenchimento das fichas de coleta de dados e para a realização de uma contagem previa de quantos itens que deveriam ser inventariados.

Este levantamento prévio foi sistematizado pelos bolsistas do LEPCOT, que os projetaram em uma representação cartográfica do município. Esta distribuição espacial permitiu observar a concentração de itens a inventariar por região do município o que levou a uma nova subdivisão das equipes de trabalho a partir do zoneamento realizado.

O zoneamento foi realizado dividindo os bairros da cidade em cinco áreas, cada uma correspondente a um grupo de atuação, ficando responsáveis por áreas urbanas os grupos que atuaram nas áreas mais próximas a estas.

A partir dos dados coletados, foi realizada pelo LEPCOT sua projeção em plantas cartográficas identificando os lugares de trabalho empírico. Definidos os locais a ser inventariado, cada aluno escolheu um tipo de estabelecimento mais recorrente em sua área para testar sua respectiva ficha de avaliação. O teste aconteceu em localidade diferente do que deveria ser inventariado, para não saturar

comercio e moradores locais. A intenção foi o de realizar uma identificação prévia de dúvidas e dificuldades que poderiam ocorrem em campo e sana-las antes da coleta real.

O contato com a prefeitura de Rosana foi fundamental para firmar a parceria que garantiu a sessão de informações a respeito do município e a gestão de suas áreas públicas. Foi a Secretaria de Turismo e Cultura, por meio de seu secretário que viabilizou a sensibilização dos moradores locais quanto à importância da atividade. Toda a cidade foi informada do acontecimento uma semana antes do seu início e durante sua execução.

Para um melhor manejo das atividades empíricas houve a realização do preenchimento prévio a lápis das fichas e posteriormente a aplicação destas no município. Posteriormente aos dados confirmados as fichas passaram a ser preenchida a caneta. Foi a partir deste processo que possibilitou o reconhecimento de cada uma das fichas pelos envolvidos.

Por meio das fichas preenchidas foi iniciada a tabulação dos dados, onde a partir desta, das dificuldades enfrentadas durante o processo e das características do município, pode-se perceber a necessidade de um método que melhor se adeque as peculiaridades de municípios interioranos de pequeno porte.

6. Próximos Passos

O processo de planejamento turístico requer variadas ferramentas para a construção de seu diagnóstico que levem a compreender toda a complexidade social, política, física, econômica e ambiental dos municípios que pretendem se consolidar como destino turístico. Neste sentido Barreto (2005, p.30) afirma que todas as definições de planejamento "[...] têm em comum duas ideias: a de complexidade (quando se falam em sistema, processo, mecanismo) e a ação voltada para o futuro".

Com vistas ao futuro, Ruschmann (2001) defende que o planejamento é fundamental para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, e que em uma disciplina de graduação, por exemplo, os alunos devem ser ensinados a utilizar de forma adequada técnicas e instrumentos pertinentes ao planejamento. Diante das

valiosas contribuições de Barreto e Ruschmann, os caminhos delineados para condução deste projeto orientam-se para ampliação na formação de um profissional cada vez mais comprometido com o planejamento do turismo participativo, que integre os interesses dos moradores locais e as forças do capital turístico.

Assim, após a realização do inventário turístico, o próximo passo será realizar um estudo de interesse turístico local, como ações que envolvam a participação de moradores locais, iniciativa privada e pública. Estas ações pretendem identificar as ansiedades e necessidades locais.

Este sentido de formação resulta do entendimento de que planejar o turismo é algo complexo, considerando seus objetivos contraditórios que ao mesmo tempo em que busca: "[...] prover oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior número de pessoas possível" precisa garantir a proteção e a integridade e originalidade de seus bens culturais e naturais, evitando sua descaracterização e de suas comunidades (RUSCHMANN, 1997, p. 87).

Gradativamente, o modelo de planejamento centralizado está dando lugar ao modelo de planejamento participativo, reconhecendo as capacidades e os interesses locais e regionais, como as realidades dos grupos humanos e econômicos que atuam em suas respectivas áreas (BISSOLI, 1999, p. 54).

Tal forma de planejamento busca valorizar os atrativos turísticos como um bem coletivo, permitindo aos seus moradores participação efetiva em todo o seu processo de desenvolvimento. É uma prática que pressupõe, o compartilhando das problemáticas; o reconhecimento dos atrativos; e a identificação das necessidades do lugar. Ainda, permite aos moradores locais o desenvolvimento de uma postura pró-ativa na identificação e solução de problemas assumindo a co-resposabilidade das decisões tomadas, fundamental para que o desenvolvimento perdure de maneira sustentável, como também sugerem praticas de planejamento do turismo proposto por Irving (1999). Essa possibilidade de envolvimento dos moradores locais faz com que eles tendem a adotar uma postura mais hospitaleira em relação ao turista, pois delimitam os direitos e o papel que o turista terá para o local, assegurando uma viagem benéfica para os dois lados.

Esta postura prima por um desenvolvimento regional e converge com a tendência mundial de perceber o turismo segundo uma nova visão estratégica de

desenvolvimento, direcionada ás potencialidades locais e ao retorno social de tal atividade para a região. Uma posição antagônica à hegemonia do capital internacional, da lógica dos resorts que limita os turistas às suas “bolhas”. Que evidencia a falta de disposição por parte dos sujeitos sociais hegemônicos, envolvidos no processo de produção desses lugares, de promover sua integração com o entorno.

O envolvimento pró-ativo dos sujeitos locais, nos processos decisórios do desenvolvimento turístico, estimula seu contato com o turista e consequentemente à interação cultural, mais harmônica, entre ambos. Ao pensarmos o desenvolvimento turístico sob essa ótica, não podemos perder de vista a necessidade de fortalecimento das identidades locais. A construção de “não-lugares”, criticada por Ariza da Cruz (2007) deve ser desestimulada em detrimento da valorização da autenticidade cultural das relações sociais e das paisagens dos lugares. Também se deve desincentivar, neste contexto, a importação de modelos prontos, de ideias acabadas, e estimular a edificação de atitudes que primem pelo coletivo em prol da hospitalidade local.

Considerações finais

Apesar das dificuldades encontradas, todo o perímetro urbano e rurbano do município de Rosana-SP pôde ser inventariado, atingindo-se o objetivo proposto pelo Ministério do Turismo de que a inventariação sirva “como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística” (BRASIL, 2006, p.7). Ainda, assim a metodologia utilizada não nos parece totalmente adequada para registrar informações de municípios de pequeno porte.

Reconhece-se, contudo, a importância desta ferramenta, e a necessidade de utilização desta etapa no planejamento do turismo para fins de desenvolvimento consolidação da oferta turística local. Novos caminhos surgem com a nova proposta chancelada pelo Ministério do Turismo, que não destoam das intenções já traças entre os objetivos do LEPCOT.

Assim, se reconhece que essas informações são necessárias e essenciais para que seja instalado um turismo responsável na localidade, que respeite a cultura

local, movimente a economia, agrida o mínimo possível o meio natural e caminhe sob os pressupostos da hospitalidade.

Referências bibliográficas

BARRETO, M. **Planejamento responsável do turismo**. Campinas: Papirus, 2005.

BENI, M. C.. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. **Projeto de Inventário da Oferta Turística**: instrumento de pesquisa. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Manual do Pesquisador** - Inventário da Oferta Turística: instrumento de pesquisa. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRUNA, G. C. (org.). **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo: Editora Nobel, 1983.

CASASOLA, L. **Turismo e Ambienta**/ Luis Casasola; [tradução Waldelina Rezende]. – São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, R. C. A da. **Geografias do turismo**: de lugares e pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

EMBRATUR. **Guia para oficinas de treinamento dos agentes multiplicadores do Programa Nacional de Municipalização do Turismo**/Elaborado pela gerência de

programas nacionais; supervisão de projetos de descentralização. Brasilia: EMBRATUR, 2001.

LOHMANN, G. & Netto, A. P. **Teoria do turismo***: conceitos, modelo e sistemas.* São Paulo: Aleph, 2008.

PETROCCHI, M. **Turismo**: *planejamento e gestão*.. São Paulo: Futura, Campinas, 1998.

PRAXEDES, Walter. **Reflexões sociológicas sobre a hospitalidade.** Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/037/37epraxedes.htm>. Acesso em: 15 maio 2012.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável***: a proteção do meio ambiente.* Campinas: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D. **Planejamento turístico**. In: ANSARAH, M. Turismo: como aprender, como ensinar. São Paulo: Senac, v.2, 2001.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**: *a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e qualidade***: tendências contemporâneas*. Campinas: Editora Papirus, 1993.